



**COMISSÃO 0004591-49.2011.2.00.0000**

**Requerente:** Tribunal Superior do Trabalho

**Requerido:** Conselho Nacional de Justiça

## **ACÓRDÃO**

COMISSÃO – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.  
ALTERAÇÃO DE RESOLUÇÃO Nº 121 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

01 – A PUBLICIDADE COMO PRINCÍPIO ELEVADO A CATEGORIA CONSTITUCIONAL DOS ATOS PROCESSUAIS DIVIDEM-SE EM DUAS DIMENSÕES. O ACESSO POR PARTE DA SOCIEDADE COMO DIREITO AS INFORMAÇÕES SOBRE OS PROCESSOS E AO FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS JURISDICIONAIS E A GARANTIA DE ACESSO AOS DADOS DOS PROCESSOS PELOS INTERESSADOS DIRETOS NAS DEMANDAS

02 – A PRIMEIRA, O DIREITO DO CIDADÃO AS INFORMAÇÕES NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES INDEPENDE DE PRÉVIO CADASTRO NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO.

03 – CONSULTA PÚBLICA AOS SISTEMAS DE TRAMITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL NOS TRIBUNAIS POR MEIO DO NOME DO ADVOGADO E/OU NÚMERO DA OAB, ESPECIALMENTE NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NÃO TORNA POSSÍVEL A FORMAÇÃO DAS CHAMADAS “LISTAS NEGRAS” DE TRABALHADORES QUE REINVIDICAM SEUS DIREITO NA JUSTIÇA LABORAL.

04 - VIABILIDADE TECNOLÓGICA E POSSIBILIDADE JURÍDICA DE ALTERAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 121, COM NOVA REDAÇÃO PARA OS ARTIGOS 4º, § 1º NOS TERMOS PROPOSTOS NO PARECER

05 – ACATAMENTO DA SOLICITAÇÃO DO TST.

**Vistos, etc.**

Trata-se de Ofício TST.GP nº 589/2011, oriundo do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, em que solicita o exame de viabilidade de alteração do texto do art. 4º, § 1º, da Resolução nº 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Por determinação do Secretário Geral Adjunto (DESP1), foi o feito autuado como "Consulta" e distribuído a este Conselheiro.

Os autos foram encaminhados à Comissão de Tecnologia da Informação e Comunicação, cujo Presidente é o Ministro Cezar Peluso.

No DESP4 o Ministro Presidente do CNJ e da Comissão de Tecnologia da Informação e Comunicação determinou a alteração da classe processual para "Comissão", delegando seu processamento a este Conselheiro

Este Relator, no DESP6, determinou a remessa do procedimento aos Juízes Auxiliares da Comissão de Tecnologia da Informação e Comunicação, para parecer.

O parecer nos foi remetido, opinando pela modificação da Resolução nº 121 do CNJ.

É, em síntese, o relatório.

A presente solicitação, processada como consulta, esta contida no Ofício TST.GP nº 589/2011, oriundo do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, em que pleiteia o exame de viabilidade de alteração do texto do art. 4º, § 1º, da Resolução nº 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Devido a complexidade dos fatos, especialmente quanto aos aspectos tecnológicos, relacionados aos acessos às informações via internet, pela rede mundial de computadores, foi encaminhado o procedimento para parecer pela Comissão de Tecnologia da Informação e Comunicação, que proferiu a seguinte manifestação, através do Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Marivaldo Dantas Araujo.

“A Resolução CNJ nº 121 originou-se de proposta do Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº 25 da Presidência do CNJ, datada de 02 de março de 2010 (arquivo anexo). Todo o transcurso dos trabalhos realizados para sua criação estão disponíveis no voto do Relator da referida resolução, contido no VOTO225 do ATO 0001776-16.2010.2.00.0000, o qual faço anexar ao presente parecer.

Transcrevo o art. 4º, § 1º, da Resolução nº 121:

"Art. 4.º As consultas públicas disponíveis na rede mundial de computadores devem permitir a localização e identificação dos dados básicos de processo judicial segundo os seguintes critérios:

I – número atual ou anteriores, inclusive em outro juízo ou instâncias;

II–nomes das partes;

III – número de cadastro das partes no cadastro de contribuintes do Ministério da Fazenda;

IV – nomes dos advogados;

V – registro junto à Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º. A consulta ficará restrita ao previsto no inciso I da cabeça deste artigo nas seguintes situações:

I – nos processos criminais, após o trânsito em julgado da decisão absolutória, da extinção da punibilidade ou do cumprimento da pena;

II – nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho".

Compulsando o voto do Relator da Resolução 121, verifica-se que houve extrema preocupação em impedir a formação de "listas negras" de autores na Justiça do Trabalho. É o que se depreende do item 8 da ementa, a seguir transcrito:

8. No ambiente trabalhista, a possibilidade de conhecimento dos nomes dos reclamantes por meio de consulta eletrônica tem dado azo às empresas a restringir, mediante a elaboração das chamadas listas negras, o mercado de trabalho às pessoas que buscam o reconhecimento, perante o Judiciário, de seus direitos sociais, razão pela qual, nesse tipo de matéria, a consulta sempre será restrita ao número do processo.

Em seu Ofício (REQ2) o Presidente do TST cita a impossibilidade de realização de consultas no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho pelo nome do advogado e número de OAB, como exemplo de restrição advindo do art. 4º, § 1º da Resolução CNJ nº 121.

Ao final, solicita a alteração da Resolução nº 121 "para possibilitar aos processos em trâmite na Justiça do Trabalho a disponibilização de consulta pela rede mundial de computadores utilizando-se dos critérios de localização e identificação pelo número do processo, nome do advogado e número do registro junto à Ordem dos Advogados do Brasil, o que atenderá aos princípios da publicidade e da transparência, sem descuidar da necessária proteção à intimidade e honra das partes envolvidas na relação processual".

Importante salientar que fui um dos membros do Grupo de Trabalho que produziu a minuta de Resolução que veio a ser aprovada como de número 121. Em nenhuma das reuniões se discutiu ou pretendeu que o art. 4º tivesse alcance tal a obstar a consulta dos dados publicados em Diários Eletrônicos por meio da OAB ou nome do advogado. A expressão "as consultas públicas disponíveis na rede mundial de computadores", presente no caput do art. 4º, sempre foi interpretada como referindo-se às consultas públicas dos sistemas **de tramitação e acompanhamento processual** dos Tribunais.

Essa interpretação pode ser corroborada com três argumentos:

a) após publicado um texto/documento na internet, como é o caso dos que constituem os Diários Eletrônicos, os instrumentos de indexação e busca (Google, por exemplo) armazenarão informações sobre seu conteúdo (inclusive nomes das partes, do advogado, OAB, enfim, pelo conteúdo integral), de modo que a informação poderá ser acessada por tais mecanismos, independentemente da aplicação Diário Eletrônico disponibilizar uma funcionalidade própria de consulta;

b) considerando o item "a", a impossibilidade de limitar temporalmente uma determinada forma de pesquisa (como previsto no § 1º, I, que restringe à consulta pelo número do processo aos processos criminais "**após o trânsito em julgado da decisão absolutória, da extinção da punibilidade ou do cumprimento da pena**"); publicadas informações sobre processos criminais no Diário da Justiça Eletrônico, estas ficarão para sempre disponíveis;

c) o art. 5º, ao dispor que "a disponibilização de consultas às bases de decisões judiciais impedirá, quando possível, a busca pelo nome das partes", indica que o escopo do art. 1º e 4º são **os sistemas de tramitação e acompanhamento processual** dos Tribunais.

Assim, se a dicção atual da norma leva à conclusão de que não seria possível a consulta em Diários Eletrônicos por outro critério que não o número do processo, consoante art. 4º, § 1º, tal norma, salvo melhor juízo, deve ser alterada.

Um segundo aspecto diz respeito à impossibilidade de **consulta pública** (ou seja, não identificada) **aos sistemas de tramitação e acompanhamento processual** dos Tribunais por meio do uso do nome do advogado e do seu número junto à OAB.

Como já dito, tal restrição, em relação à Justiça do Trabalho, deveu-se à preocupação extrema, externada inclusive oficialmente por Tribunais (ver voto do Relator da Resolução) com a possível formação de "listas negras" de demandantes. Meu entendimento pessoal é de que a possibilidade de criar tais "listas negras" utilizando-se como parâmetro de consulta o nome do advogado e a OAB deste é muito remota.

No que tange à identificação de partes em processos criminais nas condições do art. 4º, § 1º, I (Resolução CNJ nº 121), partindo-se dos dados do advogado (nome ou número junto à OAB), a possibilidade é igualmente remota. No entanto, houve discussão específica a esse respeito no âmbito do Grupo de Trabalho, concluindo aquele pela possibilidade de consulta apenas pelo número do processo.

Diante de todo o exposto, OPINA-SE:

- a) pela viabilidade tecnológica e jurídica de alterar-se a Resolução nº 121;
- b) acatados os argumentos aqui expostos, sugere-se, para análise, a seguinte redação para o art. 4º, § 1º, da Resolução CNJ nº 121, com as alterações e/ou acréscimos em sublinhado:

"Art. 4.º As consultas públicas dos sistemas de tramitação e acompanhamento processual dos Tribunais e Conselhos, disponíveis na rede mundial de computadores, devem permitir a localização e identificação dos dados básicos de processo judicial segundo os seguintes critérios:

- I – número atual ou anteriores, inclusive em outro juízo ou instâncias;
- II – nomes das partes;
- III – número de cadastro das partes no cadastro de contribuintes do Ministério da Fazenda;
- IV – nomes dos advogados;
- V – registro junto à Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º. A consulta ficará restrita seguintes situações:

- I – ao inciso I da cabeça deste artigo, nos processos criminais, após o trânsito em julgado da decisão absolutória, da extinção da punibilidade ou do cumprimento da pena;
- II – aos incisos I, IV e V da cabeça deste artigo, nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho".

É o parecer. À consideração do Conselheiro Relator.

A preocupação maior que se deve ter com relação à permissão ora pretendida pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho seria quanto à possibilidade de vulnerar os direitos sociais dos trabalhadores da iniciativa privada, em sofrerem discriminações e restrições ao pleno emprego, ao serem identificados como reclamantes na Justiça Laboral. Todavia, conforme judicioso parecer, que, inclusive, enfrenta a questão de ordem tecnológica, fica claro que referida possibilidade é absolutamente remota. Acrescento que, por entendimento próprio, embora não se utilizando de meios técnicos, para chegar a esta conclusão, mas por conhecimento empírico, entendo que tão somente permitindo o acesso através do nome do advogado ou de seu número de registro na Ordem dos Advogados do Brasil, é muito difícil ou quase impossível a formação das chamadas "Listas Negras", com o propósito de embaraçar, mesmo que indiretamente, o acesso ao Poder Judiciário.

Diante do exposto, voto pelo acolhimento da sugestão apresentada pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e acatando, na sua integralidade, o parecer exarado pelo Juiz Auxiliar da Presidência, pela Comissão de Tecnologia da Informação e Comunicação, proponho as alterações e/ou acréscimos ao artigo 4º, § 1º da Resolução CNJ nº 121 nos termos acima transcrito.

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por GILBERTO VALENTE MARTINS em 07 de Novembro de 2011 às 11:54:18



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**30/03/2014 00:00:00**

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1112546**



11110914494400000000001111838